

23 ABR 1992

GAZETA MERCANTIL

▶ PRO

LEGISLATIVO

Congresso

Oposição negocia com o governo elevação do mínimo mais gatilho

por Adriana Vasconcelos
de Brasília

O governo não obteve sucesso ontem na sua tentativa de aprovar, na reunião do colegiado de líderes da Câmara, o pedido de tramitação em regime de urgência urgentíssima para o projeto de lei do Executivo que fixa o novo salário mínimo em Cr\$ 230 mil e suas regras de correção quadrimestral. Os partidos de oposição não concordaram argumentando que pretendem rever o piso do mínimo e também a periodicidade de seus reajustes.

A oposição espera negociar com o governo um projeto substitutivo que garanta a elevação do mínimo, a partir de 1º de maio, para Cr\$ 300 mil (proposta defendida pelas centrais sindicais) e reajustes bimestrais. "Não aceitaremos reajustes a cada quatro meses. E além disso defendemos a aprovação de um salário mínimo que corresponda a US\$ 100 no dia do



Roberto Macedo

seu pagamento — no final de maio — e não no dia de sua aprovação", defendeu o líder do PMDB na Câmara, deputado Genebaldo Correia (BA).

O líder do governo, deputado Humberto Souto (PFL-MG), já adiantou, porém, que a margem de negociação de um substitutivo será pequena, a começar pelo piso fixado pelo

Executivo, que repõe as perdas inflacionárias integralmente desde janeiro e ainda representa a média dos valores sugeridos pelos governadores de estado".

Quanto à periodicidade dos reajustes do mínimo, o secretário de Política Econômica, Roberto Macedo, que esteve ontem pela manhã na Comissão de Trabalho da Câmara defendendo o projeto do governo, vincula uma possível alteração da quadrimestralidade a uma desvinculação da correção do mínimo aos benefícios da Previdência Social.

Macedo destacou que a quadrimestralidade dos reajustes do mínimo foi uma exigência do Minis-

terio da Previdência Social, que, apesar dos esforços de arrecadação, não terá como arcar com aumentos bimestrais. O deputado Paulo Paim (PT-RS), condenou o projeto do governo nesse aspecto e lembrou que os trabalhadores com ganhos acima do mínimo continuarão a receber antecipações bimestrais.

Para pressionar o governo a promover uma negociação, Paulo Paim espera votar hoje na Comissão de Trabalho a proposta das centrais sindicais para o salário mínimo, que define o piso em Cr\$ 300 mil e propõe o acionamento de um gatilho toda vez que a inflação ultrapassar os 20 pontos percentuais.